

## A resistência negra na ditadura

Em 1964, a sociedade brasileira viveu mais um duro golpe: a instauração da ditadura militar. O uso da força foi adotado para fazer calar e reprimir todo e qualquer movimento popular, toda e qualquer organização política que se colocasse contra o regime ditatorial aqui instituído. A ditadura impunha ao povo brasileiro o que deveria ser estudado nas escolas de educação básica, nas universidades, o que deveria ser veiculado na imprensa, na televisão, no rádio. Músicas foram censuradas, estudantes, intelectuais, políticos foram presos, torturados e exilados.

A população negra sofria, enquanto povo brasileiro, todas as atrocidades da ditadura e, nesse período, os grupos negros de protesto contra o racismo também foram reprimidos.

Mas sabemos também que, mesmo sob o controle da ditadura militar, continuaram acontecendo em todo o Brasil movimentos de resistências e manifestações pela volta da democracia e por melhores condições de vida para a população. Denúncias, lutas, imprensa alternativa, organizações políticas, várias foram as formas de resistência ao militarismo.

A partir dos anos 70, do século XX, a luta contra o racismo é reavivada, assim como a luta dos trabalhadores brasileiros de um modo geral. Os movimentos sociais que a ditadura tentou calar, ergueram novamente as vozes e no final da década de 1970 e início dos anos 80, as greves dos trabalhadores e trabalhadoras de diversas categorias pipocaram na nação brasileira. Alguns pesquisadores chamam esse momento do surgimento dos novos movimentos sociais, quando grupos que até então não haviam se articulado politicamente organizam-se e lutam contra a ditadura e pela restauração da democracia.

A luta contra o racismo começa a se dar juntamente com a luta do trabalhador contra a exploração capitalista. Novos contornos surgem na relação entre raça e classe social. Os negros começam a denunciar que a exploração socioeconômica atinge de maneira diferente negros e brancos e que a superação do racismo e da discriminação racial não será alcançada

simplesmente com a mudança da situação de classe. É importante somar esforços na luta contra a desigualdade social e racial.

Essa percepção arguta dos negros que viveram no contexto da sociedade brasileira, no final dos anos 1970 e início dos anos 1980 do século XX, extrapolou os fóruns da militância negra e veio ao debate público. Em meados dos anos 90, estudos sobre relações raciais, estatísticas oficiais e pesquisas sobre desigualdades raciais no Brasil realizadas pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), uma fundação do Ministério do Planejamento e Gestão, comprovaram a existência do racismo em nossa sociedade e demonstraram como ele é um fator de agravamento da situação de exclusão e desigualdade vivida pelas camadas populares brasileiras. As pesquisas explicitaram o que o Movimento Negro já apontava há muitos anos: a pobreza, no Brasil, tem cor.

Na década de 1970, no século XX, um fato importante que não podemos nos esquecer é de que, em 1978, ocorreu uma manifestação de vários grupos negros em São Paulo. Reunidos nas escadarias do Teatro Municipal protestaram contra a morte sob torturas do trabalhador negro Róbson Silveira da Luz e a discriminação sofrida por quatro atletas juvenis negros, expulsos do Clube de Regatas Tietê, em São Paulo.

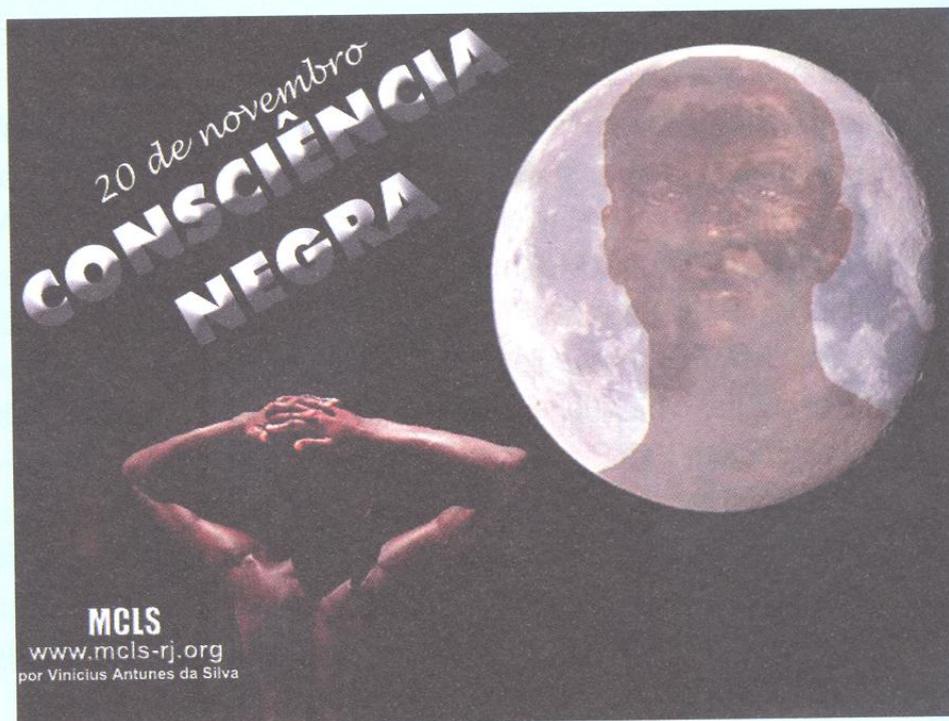
Durante o ato público que acompanhou a manifestação, ocorreu a unificação de várias organizações negras, nascendo assim o Movimento Negro Unificado, mais conhecido como MNU, que tornou-se uma das principais entidades negras da atualidade, e possui um caráter nacional, com sedes em Minas Gerais, Bahia, Rio de Janeiro, São Paulo e em outros estados. A luta contra a discriminação racial, as propostas para a superação do racismo na educação escolar, a discussão da questão racial dentro dos partidos da esquerda brasileira, a formação de lideranças políticas negras para atuar nas esferas políticas são algumas das muitas ações do MNU desde a sua fundação.

### **O dia 20 de novembro**

*Durante muito tempo, quando se realizava alguma comemoração sobre a questão do negro no Brasil, somente a data do dia 13 de maio, dia da assinatura da Lei Áurea, em 1888, abolindo a escravatura no Brasil era lembrada.*

*Nas escolas da educação básica, o mais comum era que as crianças negras se fantasiassem de escravos e sempre uma menina branca e, de preferência, loura, era escolhida para representar a princesa Isabel. Os livros*

didáticos também apresentavam essa data como o dia da libertação dos negros, e nada se estudava ou discutia sobre a resistência e a luta por parte dos africanos escravizados e seus descendentes nascidos no Brasil, sob o regime da escravidão.



Cartaz do Dia da Consciência Negra (Autor: Vinicius Antunes da Silva/<http://mcls-rj.sites.uol.com.br/papel2.htm>)

As entidades do movimento negro surgidas a partir dos anos 70 denunciaram e muito esse equívoco e essa distorção. Lutaram para que a escola e a sociedade brasileira passassem a se lembrar das lideranças negras, das muitas formas de resistência desse povo.

Um dos papéis importantes do movimento negro da atualidade foi denunciar que o dia 13 de maio não deveria ser comemorado como uma data que enfatizava a suposta passividade do negro diante da ação libertadora do branco. Durante a escravidão, os movimentos de luta e resistência negra foram muitos e variados e aconteceram em diversas regiões do país. Dessa forma, os movimentos negros atribuem, atualmente, um significado político ao 13 de maio, vendo-o como o dia Nacional de Luta contra o Racismo.

Além disso, o movimento negro trouxe para a sociedade brasileira mais uma data importante a ser lembrada e comemorada. Trata-se do dia 20 de novembro, dia da morte do líder Zumbi, do Quilombo dos Palmares. Hoje,

Zumbi é considerado um dos principais símbolos da luta contra todas as formas de opressão e exclusão que continuam a castigar os descendentes de africanos no Brasil.

A ideia de marcar esse dia nasceu em Porto Alegre, no Rio Grande do Sul. A iniciativa foi, segundo o historiador Alfredo Boulos Júnior, do poeta Oliveira Silveira, membro do Grupo Palmares, uma associação cultural negra. Ao tomarem contato com o livro *O Quilombo de Palmares*, do baiano Edison Carneiro, os membros dessa associação concluíram que Palmares foi a maior manifestação de resistência negra ocorrida na história do Brasil.

Assim, no dia 20 de novembro de 1971, um sábado, no Clube Náutico Marcílio Dias, fez-se a primeira grande homenagem a Zumbi dos Palmares. Desde então, os movimentos negros começaram a valorizar o dia 20 de novembro até que, em Salvador, no dia 7 de julho de 1978, o Movimento Negro Unificado — MNU propôs o dia 20 de novembro como Dia Nacional da Consciência Negra. A proposta foi aceita por vários grupos, associações e movimentos negros de todo o país. O dia 20 tornou-se uma data que resgata e traz para a memória nacional o sentido político da luta, da resistência e da garra dos negros e das negras no Brasil.

Dessa forma, podemos dizer que a partir da década de 1970, a figura de Zumbi passou a ganhar a dimensão que possui hoje, de uma valorização inserida no contexto da luta contra o “mito da democracia racial”. Uma história contada e presente em nosso imaginário sobre o tipo de relações raciais desenvolvidas no Brasil, que apregoa que a escravidão no Brasil não teria sido tão violenta quanto dizem nem tampouco desencadeado tanta resistência. Nessa perspectiva, a escravidão negra é vista como um fenômeno necessário na construção da nossa história. O negro é visto como um sujeito dócil e subordinado à elite branca, biologicamente inferior, que aceita essa situação e mantém uma relação de cordialidade com os senhores e senhoras de escravos. Além disso, o mito da democracia racial inculca na mentalidade social da nossa sociedade a ideia de que os diferentes grupos étnico-raciais aqui existentes viveram e ainda vivem relações raciais harmoniosas e menos tensas do que aconteceu em outros países escravocratas do mundo.

Para se contrapor a essa ideia, a figura de Zumbi surge, no interior do movimento negro, para representar o negro ativo e rebelde, que resistiu à escravidão e lutou pela liberdade até a morte. Lembrar e comemorar a figura de Zumbi é ir contra a figura negra do “Pai-João”, que aceita sua condição escrava sem pestanejar e ainda ajuda os senhores. Essa visão ainda é muito explorada em livros didáticos, em filmes, novelas, em textos literários etc.

O guerreiro Zumbi, pela sua resistência e coragem, tornou-se símbolo dos movimentos negros no Brasil. Os movimentos negros instituíram o dia da morte de Zumbi como uma data a ser lembrada pelo seu conteúdo histórico e político.

Para a educação das crianças negras, aprender desde cedo a história de personalidades negras como Zumbi e apresentar a resistência negra, contribui para que cresçam com uma imagem muito mais positiva de si mesma e dos seus ancestrais. A construção dessa imagem positiva é importante para todos nós, negros e brancos, pois poderá nos ajudar a compreender, aceitar, reconhecer e respeitar as diferenças.

Em 2003, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva, sancionou a Lei nº 10.639, do dia 09/01/2003 que institui a obrigatoriedade da inclusão do ensino da História da África e da Cultura Afro-brasileira nos currículos dos estabelecimentos públicos e particulares de ensino da educação básica. Essa lei também acrescenta que o dia 20 de novembro deverá ser incluído no calendário escolar como dia nacional da consciência negra.

Nos dias atuais, os municípios de Campinas, Limeira, Hortolândia, Ribeirão Pires, Santa Bárbara D'Oeste no Estado de São Paulo, União dos Palmares em Alagoas, Cuiabá em Mato Grosso, Pelotas e Porto Alegre no Rio Grande do Sul e Macapá instituíram o dia 20 de novembro como feriado municipal. O Estado do Rio de Janeiro, durante o governo de Benedita da Silva, aprovou o feriado em nível estadual.

Toda essa mudança não se deu por boa vontade das autoridades. Ela é fruto da luta da comunidade negra de um modo geral e do movimento negro, em específico.

Outra conquista recente do movimento negro brasileiro refere-se à criação, pelo governo federal, da Secretaria Especial de Promoção de Políticas de Igualdade Racial (SEPPIR) no dia 21 de março de 2003, comemorado como Dia Internacional pela Eliminação da Discriminação Racial. Essa secretaria que funciona como um ministério, dirigida, em 2004, pela feminista negra Matilde Ribeiro, tem como competência a coordenação de políticas públicas para proteger o direito de indivíduos e grupos raciais e étnicos, com ênfase para a população negra, afetada por discriminações e demais formas de intolerância. A SEPPIR possui um conselho constituído por representantes de entidades e instituições da sociedade civil, comprometidas com a justiça social e com a superação das desigualdades raciais e étnicas em nosso país.